



**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça**

ATA DE REUNIÃO
10ª Reunião Ordinária/2019
Comitê Gestor de Saúde

1. Identificação da Reunião

Data: 27/02/2019

Horário de início: 10h

Local: Sala da Diretoria da Escola Judicial - Esmape, 3º andar, Recife/PE.

Nesta Capital, onde se fizeram presentes o Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, Presidente do Comitê Estadual de Saúde; Dra. Cristiane Marcela Couto Pessoa Gayão; Dra. Patrícia Lobo; Dr. Bruno Sampaio; Dr. Rafael Alcoforado Domingues; Dra. Daniela Zarzar Pereira Melo Queiroz; Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz; Dra. Luciana Caula; Dra. Helena Capela e Dr. Pedro de Paula.

Iniciada a reunião no dia 27/02/19 às 10h, na sala da Diretoria da Escola Judicial - Esmape, 3º andar, pela ordem, o Presidente Des. Evandro iniciou a reunião apresentando os representantes da Procuradoria Geral do Município, Dr. Bruno Sampaio como titular e Dra. Patrícia Lobo como suplente. Em seguida, solicitou ao Dr. Rafael Alcoforado a designação da suplente da Defensoria Pública do Estado, Dra. Maria Cristina de Araújo Sakak. Logo depois, comunicou sobre a importância da indicação de algum membro da associação de médicos, para os debates no comitê, e que isso poderia ser deliberado na próxima reunião.

Em seguida, foi iniciado o debate sobre as propostas de enunciados apresentadas pela Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado e pelo próprio Presidente do Comitê Des. Evandro, com as aprovações conforme segue abaixo:

Aprovada a proposta nº 1 apresentada pela PGE, retificando os seguintes termos: Onde se lê: rechaçado leia-se: relativizado, ficando o texto da seguinte forma: **O laudo circunstanciado firmado pelo médico assistente do paciente/demandante não constitui prova absoluta, podendo ser relativizado por pareceres técnicos, laudo pericial ou outros documentos análogos.**

Aprovada a proposta nº 1 da Defensoria Pública do Estado, no sentido de modificar o enunciado nº 16 para incluir a expressão **“impropriedade, inclusive por ser mais gravoso ao paciente,...”**

Aprovada a proposta nº 4 da Defensoria Pública da União, ficando o texto modificado: **“a procedimento de esterilização.”**

Aprovada a proposta nº 1 do Presidente do Comitê de Saúde, Des. Evandro, ficando o texto dividido em 2 enunciados: **o primeiro enunciado inclui a expressão “de alto custo”, após a palavra produto, e encerrado após “rede pública. A segunda “recomenda-se aos entes públicos o cadastramento de conta passível de penhora eletrônica perante o STJ, com garantia de saldo, nos termos da Resolução 61/2008 do CNJ.** Em tempo, houve consenso de propor a seguinte redação: “Para cumprimento de bloqueio judicial, em demandas judiciais de saúde, recomenda-se:

- a) Aos magistrados a verificação do preço público do produto de alto custo na rede pública;
- b) Aos entes públicos o cadastramento de conta corrente com saldo positivo, consoante autorizado pela Resolução 61/2008 do CNJ.
- c) Aos magistrados o afastamento da multa cominatória no período coberto pelo bloqueio.

Aprovada a proposta nº 2 apresentada pela PGE, no sentido de modificar o enunciado 28 para ter a seguinte redação: **substituir a redação total do enunciado 28 pela proposta nº 2 da PGE.**

Aprovada a proposta nº 2 da Defensoria Pública da União, com a seguinte alteração: substituir a expressão **“no curso do processo” pela expressão “até a prolação da sentença”.** **E suprimir a partir de “ainda que... de sentença,” mantendo o restante.**

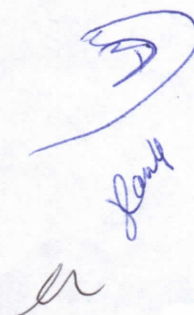
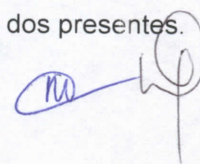
Aprovada a proposta nº 2 da Defensoria Pública do Estado, **sem nenhuma modificação.**

Aprovada a proposta nº 2 do Presidente do Comitê de Saúde, Des. Evandro, **sem nenhuma modificação.**


A proposta nº 3 da Defensoria Pública da União, foi colocada em votação e foi aprovada por maioria, 5 (cinco) votos contra 4 (quatro).

Foi avisado que as justificativas poderão ser propostas alguns acréscimos ou melhores esclarecimentos, sendo informado pelo telefone. A redação dos enunciados ficam, por obvio, como foram aprovados.

Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes.



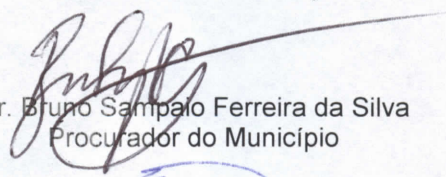
2. Participantes




Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Presidente do Comitê Gestor de Saúde

Cristiane M. Gay
Dra. Cristiane Marcela Couto Gayão Fernandes
Advogada da União

Dra. Patrícia Lobo Rosa Borges
Procuradora do Município



Dr. Bruno Sampaio Ferreira da Silva
Procurador do Município



Dr. Rafaél Alcoforado Domingues
Defensor Público Estadual

Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Procuradora do Estado

Daniela Zarzar Pereira Melo Queiroz
Dra. Daniela Zarzar Pereira Melo Queiroz
Juíza Federal

Pedro de Paula Lopes Almeida
Dr. Pedro de Paula Lopes Almeida
Defensor Público Federal

Lúciana Lima Pinheiro Caúla Reis
Dra. Lúcia Lima Pinheiro Caúla Reis
Secretaria de Saúde do Município de Recife

Helena Capela Gomes Carneiro Lima
Dra. Helena Capela Gomes Carneiro Lima
Promotora do Ministério Público Estadual

Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes. Recife, 27 de fevereiro de 2019. Eu, Cristiane Silva Cristiane Silva, lotada na Assessoria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, (matrícula 182.210-1), digitei e assino a presente ata.



**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça**

ATA DE REUNIÃO
9ª Reunião Ordinária/2019
Comitê Gestor de Saúde

1. Identificação da Reunião

Data: 13/02/2019

Horário de início: 10h

Local: Sala da Diretoria da Escola Judicial - Esmape, 3º andar, Recife/PE.

Nesta Capital, onde se fizeram presentes o Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo, Presidente do Comitê Estadual de Saúde; Dr. Silvio Romero Beltrão, Suplente do Comitê Estadual de Saúde; Dra. Cristiane Marcela Couto Pessoa Gayão; Dr. Pedro de Paula Lopes Almeida; Dra. Ana Carolyn Cazé Donato; Dr. José André Machado Barbosa Pinto; Dr. Vinicius de Negreiros Calado; Dra. Helena Capela; Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro; Dr. Rafael Alcoforado Domingues e Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz.

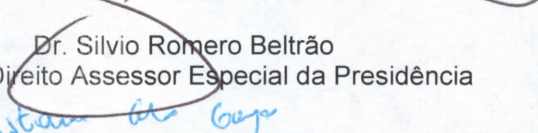
Iniciada a reunião no dia 13/02/19 às 10h, na sala da Diretoria da Escola Judicial - Esmape, 3º andar, pela ordem, o Presidente Des. Evandro iniciou a reunião lendo a composição do Comitê para confirmação dos membros e posterior publicação pela Presidência do Tribunal, faltando apenas as confirmações em relação a Secretaria de Saúde do Estado e a Procuradoria Geral do Município do Recife.

Em seguida, Des. Evandro falou sobre a necessidade de aprovação do Estatuto, informando que o prazo para alterações expirou e que as solicitações propostas foram analisadas e retificadas. Após várias discussões, foi aprovado o texto esclarecendo que o parágrafo primeiro do art. 18, poderá resolver a preocupação da Justiça Federal, quanto a participação de 1 (um) Desembargador e 1(um) juiz ou 2 (dois) juizes, segundo entendimento entre os Presidentes dos Tribunais (Estadual e Federal), sendo o texto aprovado e assinado por todos.

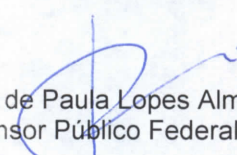
Em seguida, foi dada a palavra ao suplente do comitê Dr. Silvio Romero Beltrão, que explanou sobre o Curso de Judicialização da Saúde, que teve início dia 11 de fevereiro (1º módulo), informando que os membros do comitê irão participar do 2º módulo, que acontecerá dia 18 de fevereiro, das 9:30h às 12h. Em seguida, foi solicitado sugestões para palestrantes do evento do dia 11 de março, tendo sido proposto os nomes das Dras. Maria Inês do CNJ e Ministério da Saúde, Jurema Teles oncologista do IMIP, o Secretário de Saúde do Estado e o Conselheiro do CNJ do Comitê de Judicialização de Saúde Dr. Arnaldo. Em relação aos enunciados vai ser encaminhado os procedimentos para fins de apresentação e aprovação. Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes.

3. Participantes


Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Presidente do Comitê Gestor de Saúde

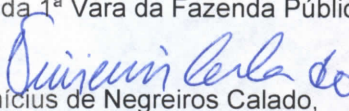

Dr. Silvio Romero Beltrão
Juiz de Direito Assessor Especial da Presidência

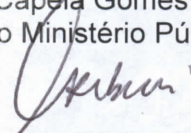
história do caso
Dra. Cristiane Marcela Couto Gayão Fernandes
Advogada da União

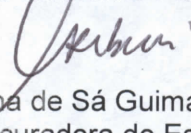

Dr. Pedro de Paula Lopes Almeida
Defensor Público Federal

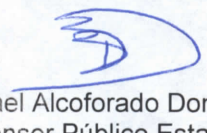

Dra. Ana Carolina Caze Donato
PROCON

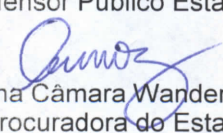
Dr. José André Machado Barbosa Pinto
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital



Dr. Vinicius de Negreiros Calado,
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco


Dra. Helena Capela Gomes Carneiro Lima
Promotora do Ministério Público Estadual


Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro
Procuradora do Estado


Dr. Rafael Alcoforado Domingues
Defensor Público Estadual


Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Procuradora do Estado


Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes. Recife, 13 de fevereiro de 2019. Eu, _____ Cristiane Silva, Técnico Judiciária lotada na Assessoria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, (matrícula 182.210-1), digitei e assino a presente ata.



**Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça**

ATA DE REUNIÃO
8ª Reunião Ordinária/2019
Comitê Gestor de Saúde

1. Identificação da Reunião

Data: 16/01/2019

Horário de início: 10h

Local: Sala do Convívium, 2º andar, Palácio da Justiça, Recife/PE.

Nesta Capital, onde se fizeram presentes Dr. Silvio Romero Beltrão, Suplente do Comitê gestor de Saúde; Dr. Pedro de Paula Lopes Almeida, Dra. Cristiane Marcela Couto Pessoa Gayão, Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz, Dr. Rafael Alcoforado Domingues e Dra. Mirella Rebello.

Iniciada a reunião no dia 16/01/19 às 10h, na sala do Convívium do Palácio da Justiça, pela ordem, o suplente do Comitê Dr. Silvio Beltrão explicou o Projeto do Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados. "O antes, o durante e o depois da judicialização da saúde". Informou que o Curso foi dividido em 4 módulos, e será apresentado 1 vez por semana, durante 4 semanas, tendo início dia 11/02/19 (1º módulo), dia 18/02/19 (2º módulo), dia 25/02/19 (3º módulo) e o último módulo no dia 11/03/19, depois do carnaval.

Explanou ainda, sobre as unidades e conteúdo programático do curso.

Por último, ficou agendada uma reunião com a Dra. Mirela dia 18/10/19 às 10h na Escola Judicial, para verificar quem serão os professores do 1º Encontro e a metodologia a ser utilizada, dando ênfase que a primeira unidade, terá por objeto apresentar o sistema de saúde aos magistrados, para que eles tenham conhecimento do que ocorre ANTES DA JUDICIALIZAÇÃO.

2. Deliberações

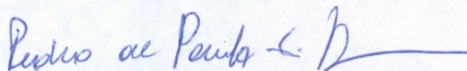
- ✓ Solicitar ao Presidente do TJPE a convocação dos Juizes da Fazenda da Vara da Capital, para participarem do curso de forma compulsória.
- ✓ Enviar o Projeto e o edital para o e-mail dos participantes do comitê.
- ✓ Enviar ofício ao presidente do TRF oferecendo vagas para a Justiça Federal.

Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes.

3. Participantes



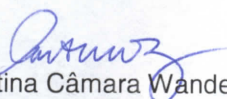
Dr. Silvio Romero Beltrão
Juiz de Direito Assessor Especial da Presidência



Dr. Pedro de Paula Lopes Almeida
Defensor Público Federal



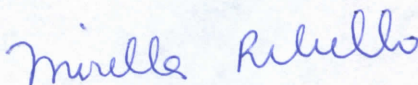
Dra. Cristiane Marcela Couto Pessoa Gayão
Advogada da União



Dra. Cristina Câmara Wanderley Queiroz
Procuradora do Estado



Dr. Rafael Alcoforado Domingues
Defensor Público Estadual



Dra. Mirella Rebello
Médica do NAT-JUS

Nada mais sendo tratado, foi encerrada a presente reunião com assinatura dos presentes. Recife, 16 de janeiro de 2019. Eu, Cristiane Silva, Cristiane Silva, Técnico Judiciária lotada na Assessoria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, (matrícula 182.210-1), digitei e assino a presente ata.